

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.628.394 - RS (2019/0358301-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**AGRAVANTE** : GILBERTO ANTONIO KELLER  
**ADVOGADOS** : GLADIMIR CHIELE - RS041290  
FABIANO BARRETO DA SILVA - RS057761  
**AGRAVANTE** : JOSE ADRIANO DUTRA WEIAND  
**ADVOGADOS** : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**EMENTA**

PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE AO PROCESSO LICITATÓRIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado por **GILBERTO ANTONIO KELLER** em face da decisão que inadmitiu recurso especial interposto contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Consta dos autos que o ora agravante, juntamente com outro corréu (José) foi condenado à pena de 2 anos e 3 meses de detenção, em regime inicial aberto, e ao pagamento de 20 dias-multa, pela prática do crime do art. 90 da Lei n. 8.666/1993, substituída por duas restritivas de direitos (fls. 1.038-1.056).

Inconformada, a defesa interpôs recurso de apelação criminal. O eg. Tribunal de Justiça **a quo**, à unanimidade, deu parcial provimento ao apelo para reduzir as penas substitutivas.

O v. acórdão foi ementado nos seguintes termos (fl. 1.205):

*APELAÇÃO CRIME. ART. 90, DA LEI Nº 8.666/93. FRUSTRAR E FRAUDAR, MEDIANTE DIRECIONAMENTO ILÍCITO, O CARÁTER COMPETITIVO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PROVA DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA*

**DELITIVA. CONDENAÇÃO MANTIDA.**

*I - Os apelantes, em comunhão de esforços e vontades, frustraram e fraudaram, mediante direcionamento, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obterem, especialmente para a empresa de propriedade de um dos réus, vantagem ilícita decorrente da adjudicação do objeto daquela licitação. Assim, presentes a autoria e a materialidade do delito bem como ao dolo específico dos agentes, consistente na intenção em fraudar ou frustrar o procedimento licitatório, causando dano à Administração Pública.*

*II - Redução da pena substitutiva de prestação pecuniária e pena de multa, guardando proporção com ao patamar fixado à pena privativa de liberdade.*

**RECURSO PROVIDO EM PARTE.**

Os embargos de declaração opostos pela defesa (fls. 1.229-1.238) foram rejeitados, por unanimidade (fls. 1.241-1.246).

Interposto **recurso especial**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea **a**, da Constituição da República, a defesa alegou ofensa aos arts. 90 da Lei n. 8.666/1993, e 386, incisos V e VII, do CPP, em face da ausência de provas aptas a embasar a condenação (fls. 1.262-1.275).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 1.284-1.287), sobreveio juízo negativo de admissibilidade fundado na aplicação da Súmula 7/STJ (fls. 1.296-1.305).

Nas razões do agravo, postula-se o processamento do recurso especial.

A d. Subprocuradoria-Geral da República apresentou parecer pelo **não provimento** do agravo em recurso especial.

É o relatório.

**Decido.**

**O agravo não merece ser conhecido.**

A parte agravante deixou de infirmar, de **maneira adequada e suficiente**, a razão apresentada pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, não bastando, para tanto, deduzir a inaplicabilidade da

Súmula 7/STJ.

**In casu**, o agravante limitou-se a negar, genericamente, a incidência da Súmula 7/STJ (fls. 1.309-1.316), contudo, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a esclarecer o equívoco na sua negativa, devendo ser demonstrada, no caso concreto, a abordagem da matéria factual pelo Tribunal **a quo** e a desnecessidade de reexame fático-probatório da pretensão recursal para o deslinde da controvérsia.

Desse modo, a ausência de impugnação de todos os fundamentos empregados pela Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, inciso III, do CPC, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles.

Nesse sentido:

*"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA NÃO ATACADO. APLICAÇÃO DO ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - CPC DE 1973. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Descabido o conhecimento do agravo em recurso especial quando o agravante deixa de impugnar especificamente algum dos fundamentos adotados na decisão que negou seguimento ao recurso especial.*

*2. Agravo regimental desprovido" (AgRg no AREsp n. 842.493/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, DJe de 16/5/2016).*

*"PENAL. PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DO FUNDAMENTO DA DECISÃO RECORRIDA. VERBETE SUMULAR N. 182/STJ.*

*1. Não se conhece de agravo em recurso especial que deixa de impugnar especificamente aos fundamentos da decisão recorrida.*

*2. Agravo regimental improvido com determinação de imediata retomada da marcha processual de primeira*

*instância, independente da interposição de outros recursos"* (AgRg no AREsp n. 1.074.077/DF, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 19/12/2017, grifei).

**"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. SÚMULA 182/STJ. INCIDÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

*1. A ausência de impugnação específica aos fundamentos da decisão de admissibilidade impede o conhecimento do respectivo agravo, nos termos do que dispõe a Súmula 182/STJ.*

*2. E, ainda, esta Corte firmou o entendimento de que, "quando o inconformismo excepcional não é admitido pela instância ordinária, com fundamento no enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, a impugnação deve indicar precedentes contemporâneos ou supervenientes aos mencionados na decisão combatida" (AgRg no AREsp 709.926/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 28/10/2016), o que não ocorreu no caso destes autos.*

*3. Agravo regimental a que se nega provimento."* (AgRg no AREsp 637.462/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 01/08/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

P. e I.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator